

GOVERNO

Lula exige fim de bate-boca sobre Direitos Humanos

Crise deverá ser tratada hoje na primeira reunião do ano do grupo de coordenação política

DIDA SAMPAIO/AE - 21/12/2009

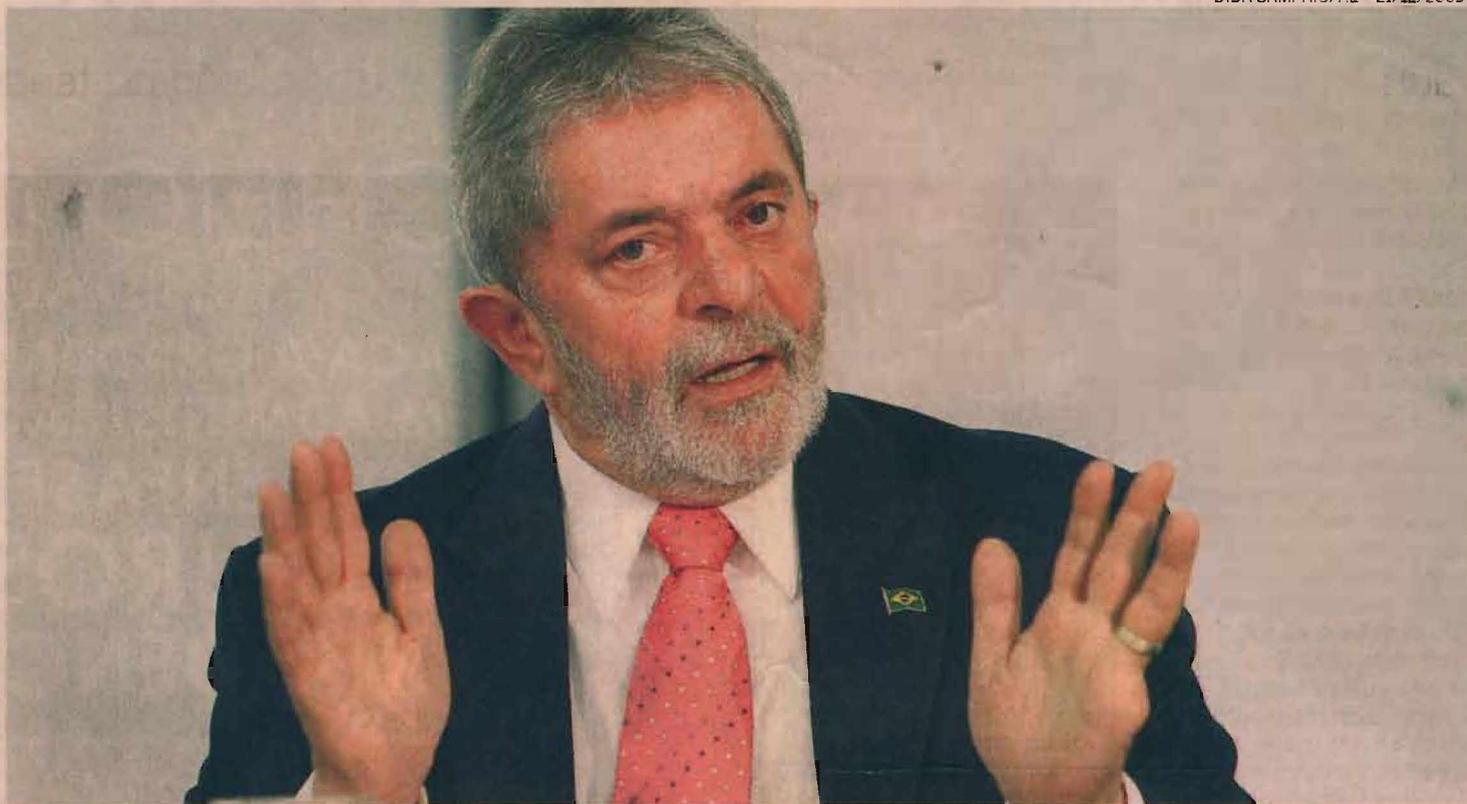
Vera Rosa
BRASÍLIA

Surpreso e preocupado com o tamanho da crise envolvendo as Forças Armadas, o Ministério da Defesa e a Secretaria de Direitos Humanos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva baixou a lei do silêncio. Em conversa com um auxiliar direto, Lula considerou grave a troca de farpas entre ministros e disse que pedirá à equipe mais cautela e menos bate-boca pela imprensa sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos, para não alimentar a polêmica.

O presidente retorna hoje ao trabalho, após 11 dias de descanso, com a tarefa de desatar o nó da Comissão da Verdade, que prevê a investigação dos crimes de tortura durante a ditadura militar (1964-1985). Ele ficou especialmente contrariado ontem ao saber que o secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, disse ao jornal *Folha de S. Paulo* que é um "fúsel removível" no governo. Mesmo em férias, Vannuchi ameaçou entregar o cargo, caso o programa de direitos humanos seja alterado para permitir a punição a militantes da esquerda.

Em menos de um mês, Vannuchi e Jobim ameaçaram pedir demissão

Amigo de Lula há três décadas, Vannuchi é o segundo ministro a ameaçar pedir demissão em menos de um mês. No fim do ano passado, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, também pôs o cargo à disposição. Ficou ao lado dos comandantes do Exército, general Enzo Martins Peri, e da Aeronáutica, bri-



REGRESSO - O presidente Lula volta hoje dos 11 dias de férias com a família, em Salvador e no Guarujá, com dois problemas para resolver

gadeiro Juniti Saito, que se rebelaram contra a Comissão da Verdade, considerada "revanchista", e pedem mudanças no programa de direitos humanos. Na avaliação das Forças Armadas, o plano abre brechas para a revisão da Lei de Anistia.

A crise deverá ser tratada hoje na primeira reunião do ano do grupo de coordenação política do governo. Depois, Lula também quer ter conversas reservadas com Vannuchi, Jobim e com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. Na semana passada, Stephanes fez coro às declarações da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária, e disse que as propostas do programa sob a batuta de Vannuchi aumentam a insegurança jurídica no campo.

Para o secretário de Direitos Humanos, as declarações de Stephanes foram a gota d'água. Na sua avaliação, o plano que cria a Comissão da Verdade está sendo tratado de forma leviana, pois passou pelo crivo de todos os ministérios e de várias conferências antes de ser divulgado publicamente.

CAMINHO DO MEIO

Diante do impasse, auxiliares do presidente observam que ele terá dificuldades para arbitrar o conflito. Embora digam que o momento não é de demissão, mas de "solução de problemas", admitem a dificuldade de costurar o tão propalado caminho do meio. "Sou solidário a Vannuchi", afirmou Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado das famílias dos desaparecidos na guerri-

lha do Araguaia. "Essa celeuma é o pretexto que setores da sociedade estão usando para atacar a luta dos direitos humanos, mas, se a Comissão da Verdade tivesse sido criada há mais tempo, a questão dos desaparecidos políticos já estaria resolvida."

A oposição se prepara para combater o projeto no Congresso. Ontem, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Demóstenes Torres (DEM-GO), disparou contra Vannuchi. "Esse projeto é uma tentativa de cubanização do Brasil. É uma proposta de um psicopata ideológico. O próprio presidente disse que assinou sem ler", afirmou.

Já o líder do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP), saiu em defesa do governo. "A oposição tem de ter mais humildade e

patriotismo. O plano ainda está em discussão e o presidente Lula ainda vai mexer em pontos polêmicos", disse. Ontem, a Ordem dos Advogados do Brasil divulgou nota reafirmando posição favorável ao projeto.

Na volta ao trabalho, Lula - que deixou ontem o Guarujá - tem outro problema para administrar: a Força Aérea Brasileira (FAB) está descontente com a opção do governo pelo caça francês Rafale. A FAB preferia o avião de combate sueco Gripen no Programa FX-2, que prevê a renovação de sua frota de 36 caças, mas será obrigada a ceder à decisão política, em nome de uma parceria estratégica com a França.

● COLABOROU LEANDRO COLON